



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
COMITÊ GESTOR DO SISTEMA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**ATA DA ASSEMBLEIA DELIBERATIVA DO COMITÊ
GESTOR DO SISTEMA ESTADUAL DE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS – COGES-CLIMA**

Data: 25 de janeiro de 2022, terça-feira.

Horário: 9h15 às 11h30.

Local: Centro Integrado de Monitoramento Ambiental do Estado do Pará – CIMAM (Rua Boaventura da Silva, 1056 - Umarizal, Belém - PA)

Assunto: Assembleia Deliberativa do Comitê Gestor do Sistema Estadual Sobre Mudanças Climáticas (COGES-CLIMA)

Pauta Discutida

1. Composição do COGES com representantes da Sociedade Civil legalmente constituídas;
2. O que ocorrer.

Em cumprimento ao Edital de Chamamento Público nº 02/2021 - NUGAC/SAGRH-SEMAS, publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.774, em 24 de novembro de 2021, foi realizada a Assembleia Deliberativa do Comitê Gestor do Sistema Estadual Sobre Mudanças Climáticas (COGES-CLIMA), presidida pelo Sr. José Mauro de Lima O' de Almeida - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), e passou a ser conduzida pelo Sr. Raul Protázio Romão - Secretário Adjunto de Gestão de Recursos Hídricos e Clima (SAGRH/SEMAS). Ressaltase que as participações das representações institucionais, aconteceram de forma presencial e online, e assim registrar-se.

Representantes: Estiveram presentes na Assembleia Deliberativa do Comitê Gestor do Sistema Estadual de Mudanças Climáticas, criado pela Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre o Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-CLIMA), e regulamentado pelo Decreto nº 1.942 de 21 de outubro de 2021, os seguintes membros com as subseqüentes representações institucionais, os quais participaram de forma presencial, João de Jesus Sousa - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI), José Henrique Cattanio - Universidade Federal do Pará (UFPA), Alessandro Carioca de Araújo - Embrapa Amazônia Oriental, Bruna Maria Lima Martins - RARE Brasil, Brenda Brito do Carmo - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Tania dos Santos da Silva - Associação Profissional de Engenheiros Florestais do Estado do Pará (APEF), Caio Brilhante Gomes - Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará (SIMINERAL) e José Otávio D'Acosta Passos - The Nature Conservancy do Brasil (TNC), e na forma de participação *on line*, Alessandra Rodrigues Gomes - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Teresa Cristina Moreira (TNC), Ritaumaria Pereira (IMAZON), Ivaldo Almada de Oliveira (FETAGRI), Ana Luisa Albernaz - Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Alailson Santiago (EMBRAPA), José Ivanildo Gama Brilhante – Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS/PA), Francisco Eduardo Oliveira Victor – União Nacional da Indústria e Empresas da Carne (UNIEC), Ronaldo Nunes Ramos - Federação Indígena do Estado do Pará (FEPIPA), Gabriela Canto Pires Santos Savian e Edivan Silva de Carvalho (IPAM), Maura Elisabeth Moraes de Sousa (RARE Brasil), Poliana Bentes de Almeida (SIMINERAL). Além dos membros representantes institucionais, estiveram presentes, a Sra. Camille Bemerguy (Diretora de Mudanças Climáticas e Bioeconomia - DIMUC/SEMAS), a Sra. Camilla Miranda (Gerente de Mudanças Climáticas/SEMAS), a Sra. Maitê Azevedo Barbosa Sauma (Gerente do Núcleo de Governança das Águas e Clima - NUGAC/SEMAS) e servidores do NUGAC, Sra. Rosa Maria Ferreira da Rocha (Técnica em Gestão de Meio Ambiente) e Sr. Wellinton Barbosa Madeira (Assistente Administrativo).

- 1 Às 9h15min, deu-se início a Assembleia Deliberativa do COGES, com a representatividade dos quatro segmentos
- 2 instituições, assim representados: Organizações Não Governamentais (100%), Organizações representantes de Povos
- 3 Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (66,66%), Instituições de Pesquisa (100%), e Setor Produtivo



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
COMITÊ GESTOR DO SISTEMA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

4 (100%). Registra-se que a representatividade por segmentos, teve o alcance de 100%, considerando que a
5 participação se deu de forma presencial e *on-line*. A partir desse momento, Sr. José Mauro De Lima O' de Almeida -
6 Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, deu as boas-vindas aos participantes e agradeceu a
7 resposta ao chamamento de representação da sociedade civil legalmente constituída para a composição do COGES e
8 o tempo disponível para a participação. Prossegue, elucidando o Plano Estadual Amazônia Agora - PEAA, sua
9 transversalidade, seus objetivos gerais e específicos, e que este plano, está enquanto um "guarda-chuva" na Política
10 Estadual de Mudança Climática - PEMC e explica que, precisa-se desse Comitê Gestor para que se possa fazer essa
11 articulação e interação com a sociedade, para que todos se sintam parte dessa construção, assim como, precisa-se
12 que esse Conselho escute a Sociedade Civil, interaja e faça com que ela participe. Em seguida, ressalta que esta
13 secretaria é a Secretaria Executiva do COGES, e passou a palavra ao Sr. Raul Protázio - Secretário Adjunto de Gestão
14 de Recursos Hídricos e Clima (SAGRH/SEMAS), que fez a introdução do que se pretende com essa reunião. A reunião
15 teve como **primeiro ponto de pauta a Composição do COGES com representantes da Sociedade Civil legalmente**
16 **constituída**, passou a ser conduzida pelo Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio (SAGRH/SEMAS), que deu as boas-
17 vindas aos representantes da Sociedade Civil que representa o COGES. Informou que o COGES é paritário, e sua
18 estrutura é composta por 05 (cinco) membros do Poder Público e 05 (cinco) membros da sociedade civil, e também
19 informou que os membros do Poder Público não estão presentes, em razão de que nesse momento precisa-se definir
20 a questão das vagas para representação da sociedade civil institucionalizada. Prossegue, esclarecendo que o objetivo
21 da reunião, é definir a composição das vagas, considerando que há mais inscritos do que as vagas disponíveis, e com
22 base no Decreto, será encaminhado em conjunto a definição das titularidades e suplências, e a forma de organização,
23 propiciando condição de realização da primeira Reunião Ordinária, e inclusive instalação do Comitê Gestor. Ratificou
24 a fala do Sr. Secretário, José Mauro de Lima O' De Almeida, no sentido de que o Comitê Gestor é diferente dos demais
25 Conselhos, a exemplo, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e o Conselho Estadual de Meio Ambiente, dentre
26 outros; o COGES, é um órgão gestor, que além de acompanhar a execução dos instrumentos da PEMC, exerce funções
27 consultivas, normativas e deliberativas sobre os instrumentos da PEMC, estabelece diretrizes para a implementação
28 das ações da PEMC, e analisa e delibera sobre projetos e estudos referentes às Mudanças Climáticas, promove a
29 articulação entre os integrantes do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas, sendo assim, tem suas
30 particularidades de tomada de decisões e participação na implementação da política pública. Em sequência, com
31 apoio tecnológico foi feita uma breve explanação compondo as seguintes informações: o COGES está previsto na
32 Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC (Lei nº 9.048, de 29 de abril de 2020) onde prevê a estrutura do
33 COGES: Presidência (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade), Secretaria Executiva (Secretaria
34 Adjunta de Recursos Hídricos e Clima), Plenária (05 do Poder Público e 05 da Sociedade Civil) e mediante resoluções
35 a criação de Comitês e/ou Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, e complementa que o COGES foi regulamentado
36 pelo Decreto Estadual nº 1.942 de 21 de outubro de 2021. Dando continuidade, o Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio
37 (SAGRH/SEMAS) faz uma explanação detalhada quanto o quesito instituições inscritas, compreendendo seus
38 segmentos: Organizações não governamentais (Associação Profissional de Engenheiros Florestais do Estado do Pará
39 – APEF, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON, Instituto de Pesquisa da Amazônia - IPAM,
40 Rare Brasil e The Nature Conservancy do Brasil – TNC); Organizações representativas de indígenas, quilombolas e
41 outros povos e comunidades tradicionais (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará -
42 MALUNGU, Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS/PA e Federação dos Povos Indígenas do Estado do
43 Pará – FEPIPA); Instituições de pesquisa (Embrapa Amazônia Oriental - EMBRAPA, Instituto Nacional de Pesquisa
44 Espaciais - INPE, Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG e Universidade Federal do Pará - UFPA); Setor produtivo
45 (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará – FETAGRI, Sindicato



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
COMITÊ GESTOR DO SISTEMA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

46 das Indústrias Minerais do Estado do Pará - SIMINERAL e Instituto Nacional da Indústria e Empresas da Carne - UNIEC).
47 Dando continuidade, passou-se a projeção dos pontos concernentes às regras procedimentais para a definição das
48 vagas das instituições que irão compor o COGES, de acordo com o Edital de Chamamento Público Nº 002/2021 -
49 NUGAC/SAGRH/SEMAS, e em cumprimento aos itens estruturais dos procedimentos, registra-se os itens 7.1, 7.2 e
50 7.3, perpassam pelas seguintes questões: as instituições presentes (presencial e *on-line*) obedecem a “Convocação
51 das instituições habilitadas; a definição de 01 (um) titular e até 02 (dois) suplentes do COGES-CLIMA por instituição,
52 ressalta-se que essa Assembleia Deliberativa presidida pelo Secretário da SEMAS, tem o propósito de definir a
53 composição representativa da sociedade civil institucionalizada, e antes de tratar especificamente dos itens com a
54 maior relevância no propósito da Assembleia, o Sr. Secretário Adjunto expôs o fato concernente ao item 7.6, que
55 trata sobre “A ausência do representante de qualquer instituição habilitada, durante a realização da Assembleia
56 Deliberativa, incorrerá na exclusão automática do processo”, e em atenção ao exposto, ficou registrado que, no
57 segmento das organizações representativas de indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais
58 representado pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará - MALUNGU, Conselho
59 Nacional das Populações Extrativistas - CNS/PA e Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará - FEPIPA), a
60 ocorrência da exclusão, por ausência na Assembleia Deliberativa (na forma presencial e *on-line*) da Associação das
61 Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará - MALUNGU. Prosseguindo, os subsequentes itens postos para
62 orientação do processo deliberativo, foram tratados de formas específicas, de acordo com este registro. Na condução
63 das discussões, o Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio (SAGRH/SEMAS), passou às discussões dos itens 7.4, “Em
64 havendo mais de uma instituição habilitada para um mesmo segmento, estas poderão optar pela alternância da
65 titularidade da vaga e sua(s) suplência(s)” e o item 7.5. “Caso não haja concordância pela alternância, de acordo com
66 o disposto a SEMAS deverá promover sorteio para preenchimento da(s) vaga(s), conforme disposto no artigo 6º, II,
67 §3º do Decreto nº 1.942/2021”. Após explanação, indagou se alguma instituição queria se manifestar sobre as regras
68 estabelecidas, considerando o item 7.4, e exposto o fato, que em todos os segmentos, há mais de um inscrito por
69 vaga, pediu se há alguma manifestação, proposição, solicitação ou não, assim, registra-se sequências manifestações:
70 a sra. Brenda Brito Carmo (IMAZON) pede esclarecimento no item 7.4 do Edital, quanto à alternância, se na previsão
71 de alternância é por reunião, por ano, ou por mandato, em resposta, o Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio
72 (SAGRH/SEMAS), informa que o mandato é por 01 (um) ano, e a alternância no edital está colocada de forma genérica,
73 podendo o COGES regulamentar a forma de alternância, e salienta (no seu entendimento), que pode ser alternância
74 por temática muito mais interessante do que alternância por reunião. A Sra. Gabriela Savian (IPAM), pergunta por
75 que o Comitê é tão pequeno, tão restrito, enfatizou que a diversidade na sua representação, traz uma robustez nas
76 decisões e que às vezes é importante, porque cada instituição tem a sua expertise, e mais de uma instituição traria
77 uma abrangência maior num Comitê dessa importância, e em seguida o Sr. Raul Protázio (SAGRH/SEMAS) evidencia
78 que no governo há outros espaços de governança, não de gestor como o COGES, mas que é de escuta e participação
79 social, como o Fórum Paraense de Mudanças Climáticas - FPMAC. Somatizando o potencial das duas perguntas
80 (IMAZON e IPAM), o Secretário, acrescenta que o COGES, tem a sua plenária (órgão máximo) e permite por resoluções
81 criar grupos de trabalhos e câmaras técnicas, e que é possível a ocupação das vagas, e pertinentes a uma determinada
82 matéria, sejam ocupadas por instituições que estão na Suplência, entendendo que, como Suplente, a instituição é
83 membro e pode participar de reuniões, tem poder de fala, ou seja, com participação e contribuição técnica. Continuou
84 esclarecendo que, quanto ao voto, sim, é restrito, um por categoria. Prosseguindo o diálogo, o Sr. Francisco Vícter
85 (UNIEC) manifesta que a instituição acolhe o encaminhamento do Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio
86 (SAGRH/SEMAS), ainda mesmo que informal, e propõe a possibilidade de alternância entre a UNIEC, SIMINERAL e
87 FETAGRI, prevalecesse a alternância por temas, a exemplos cita o interesse por temas ligados à pecuária, os impactos



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
COMITÊ GESTOR DO SISTEMA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

88 da pecuária e correlatos, e entendendo que as particularidades importantes das outras instituições, irão justificar a
89 maior participação em temas de seu interesses, e externaliza que a UNIEC, pode “abrir mão” da escolha nesse
90 momento em prol pela alternância, e ratifica que não há nenhum problema em abdicar da escolha, mas gostariam
91 que prevalecesse esse tipo de alternância. Mediante as falas manifestas, o Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio
92 (SAGRH/SEMÁS), faz a seguinte colocação: se os senhores e senhoras estão de acordo com essa alternância entre
93 instituições, então passaremos a definir as instituições com seus titulares e suplentes, e que participarão da primeira
94 reunião ordinária e de instalação do COGES. Havendo ainda necessidade de esclarecimento, a Sra. Brenda Brito do
95 Carmo (IMAZON), manifesta que acha confuso como se dará a alternância, prima mais pela objetividade por
96 apresentar-se de forma mais simples, como é proposto o sorteio, previsto no item 7.5. que dita sobre, caso não haja
97 concordância pela alternância, a SEMÁS deverá promover sorteio para preenchimento da(s) vaga(s), e acrescenta
98 que, sendo o mandato por 1 (um) ano, poderá haver alternância dos titulares das instituições por ano. Também
99 congrega com essa inquietude, o Sr. José Henrique Cattanio (UFPA), em razão das possíveis sobreposições temáticas,
100 como é o caso da sociedade civil, as organizações do terceiro setor, fica de fato difícil, a organização por tema, e
101 propõe o diálogo entre as 05 (cinco) para pensar essa governança, considerando que são duas vagas para cinco
102 organizações, e que essas vagas de fato representem essas instituições, e também precisa-se saber se o titular pode
103 mudar de acordo com a reunião, ou se está representado pelo CPF, o Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio
104 (SAGRH/SEMÁS), esclarece que o titular é a instituição, e encaminha para a SEMÁS os três nomes (titular e suplentes).
105 Em continuidade a esse diálogo sobre a alternância, o Sr. Edivan Carvalho (IPAM), expressa que concorda que em se
106 tratando da sociedade civil, talvez o ideal que, se faça um nivelamento para tomar essa decisão de titularidade, talvez
107 uma deliberação que houvesse uma reunião da sociedade civil para aprofundar essa participação, e em seguida
108 oficializar a decisão do grupo, de como deveria funcionar, pensar outras estratégias de participação e alternâncias,
109 além das sugeridas por tema ou reunião, assim como, valeria a pena investir na tecnologia com as salas de reuniões
110 para discussões de formas de participação, incluindo também para os demais setores. Referenciando a fala do Sr.
111 Edivan Carvalho (IPAM), a Sra. Gabriela Savian (IPAM), sobre a questão de que essa alternância precisa de fato ser
112 definida de como irá funcionar, para que os representantes tenham a legitimidade e o processo mais representativo
113 de cada um dos setores, mas que essa alternância se dê de uma forma comum entre os representantes dos grupos
114 dos Conselhos Gestores, para que o funcionamento fique melhor estabelecido. Prosseguindo o diálogo sobre a
115 alternância, o sr. José Ivanildo Gama Brilhante (CNS/PA), manifesta, que na representatividade dos indígena/FEPIPA,
116 seringalistas/CNS e quilombolas/MALUNGU (não está presente) são três para uma vaga, e dada a importância da
117 temática e a especificidade de cada povo, a alternância da titularidade é a melhor saída para equacionar a
118 participação, e de acordo com as pautas/temáticas, as organizações podem dialogar e chegar a consensos, e propõe
119 que o fórum seja aberto para a participação dos demais, com voz e escuta, mesmo que não tenham poder de voto,
120 porque é importante a maioria do colegiado dos povos e dos que compõem o estado, cada um tem uma relevância
121 enorme para o processo de participação, sendo assim, poderia alternar por reunião e de acordo com as temáticas
122 pode-se investir com os segmentos que disputam a mesma/uma vaga. O sr. Caio Brilhante Gomes (SIMINERAL), deixa
123 claro que quanto à vaga que cabe ao SIMINERAL, não há nenhum óbice quanto a proposta da alternância por
124 temática, mais que fique claro que há interesse na vaga de titularidade e suplência, da forma como proposto pelo Sr.
125 Francisco Victor (UNIEC). O Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio (SAGRH/SEMÁS), observa que as manifestações estão
126 se construindo de forma consensuadas, assim expõe, que as Organizações Não Governamentais vão deliberar ainda
127 hoje, as Populações e Comunidades Tradicionais será por alternância temática e reunião. No segmento da Pesquisa,
128 a Sra. Alessandra Gomes (INPE), evidencia que há 04 (quatro) instituições para uma vaga, e concorda com o
129 posicionamento da Sra. Ana Luisa Albernaz (MPEG), propõe, quanto a questão da alternância por temática, e mesmo



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
COMITÊ GESTOR DO SISTEMA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

130 que haja alternância, e devem participar o ano inteiro, todos os membros devem participar das reuniões, para que
131 não se restrinja somente a titulares, mas que incluam também os suplentes, para que acompanhem e fiquem
132 atualizados nas questões tratadas. O Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio (SAGRH/SEMAS), ratifica que as instituições
133 suplentes vão poder participar das reuniões, e as distinções são só para fins de votos, e em seguida manifesta-se o
134 Sr. Alessandro Carioca de Araújo (EMBRAPA), propõe que as instituições de pesquisa, reúnam antes da decisão do
135 tema, abordem o tema e decidam que instituição do segmento irá representar o tema entre as quatro instituições
136 (EMBRAPA, INPE, MPEG e UFPA), e orientando-os o Sr. Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio Romão (SEGRH/SEMAS),
137 complementa que precisam decidir (ainda hoje) quem será o primeiro a representar, tendo a possibilidade de
138 decidirem entrando em acordo ou sorteio entre os membros. O Sr. Ivaldo Almada de Oliveira (FETAGRI), quanto à
139 questão da alternância, concorda com o exposto pelo Sr. Francisco Vícter (UNIEC), a posição também é de que haja
140 alternância, e salienta também que a outra ferramenta importante de participação, são as Câmaras Técnicas e
141 manifesta que podem estar também reforçando o processo. O Sr. Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio
142 (SAGRH/SEMAS) reforça que sim, que, depois da composição do Poder Público passará a estruturação das Câmaras
143 Técnicas, dentre outros pontos, e evidencia que com relação a posição do setor produtivo, ficou claro que
144 concordaram com a alternância temática, mas quanto a decisão de quem sai como titular, e evidencia que algumas
145 instituições externalizam interesses na titularidade, como SIMINERAL e FETAGRI, então quanto ao setor produtivo, a
146 posição é de que, hoje se fará o sorteio da vaga, e dependendo da temática entram em acordo na alternância no
147 exercício da titularidade. Quanto à posição das instituições de pesquisas, a Sra. Alessandra Rodrigues Gomes (INPE),
148 sugere que as outras três instituições que compõem esse segmento, apresentem-se para as vagas de titular e
149 suplentes e que o INPE se apresentará para concorrer à titularidade para o próximo ano. Prosseguindo o Sr.
150 Alessandro Carioca de Araújo (EMBRAPA), pergunta se no regimento está definido que é 01 (um) titular e 02 (dois)
151 suplentes, ou se é algo que vai ser editado depois dessa conversa. O Sr. Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio
152 (SEGRH/SEMAS), explica que o regimento interno será criado pelas instituições membros do COGES, e o Decreto traz
153 as regras de instalação, regras gerais de Composição, mas o funcionamento/regimento, é produto da Plenária,
154 inclusive a quantidade de Suplentes. A indagação feita pela sra. Alessandra Rodrigues Gomes (INPE), sobre a
155 composição, se poderia ser para o setor Instituição de Pesquisa, a composição de 01 (um) titular e 03 (três) suplentes,
156 em resposta, o Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio (SAGRH/SEMAS), acrescenta que sim, desde que seja deliberado
157 na Assembleia, e externaliza o Sr. Alessandro Carioca de Araújo (EMBRAPA), que para a instituição, seria a melhor
158 construção, e acrescenta gostaria de voltar à questão das Câmaras Técnicas, e que a instituição tem interesse na
159 Titularidade, mas também pode entrar em acordo com as outras instituições para fazer o rodízio. Passou-se então a
160 estreitar-se as discussões para as conclusões por segmentos: quanto aos Povos Indígenas, Quilombolas e
161 Comunidades Tradicionais, o Sr. Ronaldo Nunes Ramos (FEPIPA), manifesta concordância de alternância na ocupação
162 pela primeira vez da vaga da Titularidade pela CNS, conforme **proposto** pelo sr. José Ivanildo Gama Brilhante, que a
163 ocupação do Titular e Suplente se dará de forma alternância por temática e/ou reunião considerando a concordância
164 entre as partes (FEPIPA e CNS). O Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio (SAGRH/SEMAS), propõe que fique pré-
165 agendado essa primeira composição, por reunião, e dada a necessidade das posteriores, façam os ajustes
166 considerando os interesses. Dando continuidade, o Sr. Secretário Adjunto, esclarece ao Sr. Alessandro Carioca de
167 Araújo (EMBRAPA) que Titular e Suplente podem ser de instituições diferentes. Foi concedido o tempo de 20 min
168 para os membros institucionais das Organizações Não Governamentais, dialogarem e apresentarem a decisão de
169 quem preencherá pela primeira vez as vagas de Titular e Suplentes, e antes de anunciar o resultado a que chegaram,
170 o sr. José Otávio D'Acosta Passos (TNC), pergunta se poderá considerar 02 (duas) vagas para Titular e 03 (três) para
171 suplência, indagado pelo Sr. Secretário Adjunto, que, se todos estiverem habilitados, e foi respondido que sim, que,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
COMITÊ GESTOR DO SISTEMA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

172 os cinco estão habilitados, e prossegue expondo a **proposta** que, será por sorteio entre 04 (quatro) organizações
173 (APEF, AMAZON, IPAM, TNC), considerando que a Rare Brasil abriu mão da titularidade, e as demais ficarão como
174 Suplentes, também registra que os votos para as titularidades irão ser acordados entre as organizações, e
175 complementando o Sr. Edivan Carvalho (IPAM), registra que também ficou acordado que a Alternância também será
176 por mandato, e que as organizações que ficarem como Titulares, não se candidatam para o próximo mandato, e o Sr.
177 Secretário Adjunto, faz a referência de que, no próximo ano abrem-se inscrições novamente, e que outras instituições
178 poderão candidatar-se. A Sra. Teresa Cristina Moreira (TNC), expõe uma dúvida que as Organizações titulares não
179 concorrem à reeleição como Titulares, mas isso não quer dizer que, estarão fora da composição da suplência. O
180 Secretário Adjunto, Sr. Raul Protázio (SAGRH/SEMAS), passa então a condução do sorteio para as vagas de
181 Titularidades por segmentos, assim registrado: **Organizações Não Governamentais:** 1º Titular: The Nature
182 Conservancy do Brasil – TNC, 1º Suplente: Instituto de Pesquisa da Amazônia - IPAM, 2º Suplente: Rare Brasil, 2º
183 Titular: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZOM, 1º Suplente: Associação Profissional de
184 Engenheiros Florestais do Estado do Pará – APEF; **Instituição de Pesquisa:** Titular: Instituto Nacional de Pesquisa
185 Espaciais - INPE, 1º Suplente: Universidade Federal do Pará - UFPA, 2º Suplente: Embrapa Amazônia Oriental -
186 EMBRAPA; **Setor Produtivo:** Titular: Instituto Nacional da Indústria e Empresas da Carne - UNIEC, 1º Suplente:
187 Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará – FETAGRI, 2º Suplente:
188 Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará - SIMINERAL; **Organizações representantes de povos indígenas,**
189 **quilombolas e comunidades tradicionais:** Titular: Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS/PA, Suplente:
190 Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará – FEPIPA. Após definida as representações setoriais dos Titulares e
191 Suplentes na composição do COGES, sistematiza-se as posições da forma de Alternância na vaga de Titularidade por
192 segmento: Organizações Não Governamentais, sorteio por alternância; Instituição de Pesquisa, Alternância por
193 temática, Setor Produtivo, Alternância por temática; Organizações representantes de povos indígenas, quilombolas
194 e comunidades tradicionais, Alternância por reunião e temática. Dando prosseguimento ao diálogo para as
195 considerações finais, a Sra. Alessandra Rodrigues Gomes relembra que o que o INPE, propõe 01 (uma) titular e 03
196 (três) suplentes, e o Sr. Secretário Adjunto, esclarece que, ficou a solicitação que uma vez instalada (atribuição da
197 Resolução do COGES), ela tem que ser aprovada pela plenária do COGES, que será instalada na próxima reunião e
198 onde será submetida para apreciação de aprovação, e explica que atualmente não existe essa terceira suplência, e
199 continua a explicação de que será sorteado três membros e o quarto membro vai aguardar a instalação e caso
200 aprovado, será a terceira suplência. A Sra. Alessandra Gomes relembra que o que o INPE sugere de forma ampla que
201 atinja a todos, que se mantenha a reunião Online (para quem não possa se fazer presente), e procurar habilitar um
202 suplente, haja vista que a instituição só está representada com o Titular. Quanto à alternância, os membros ainda
203 não têm uma posição, posteriormente na próxima reunião devem manifestar como se dará a Alternância entre as
204 Instituições de Pesquisa. O Secretário Adjunto, Sr. Raul Romão (SAGRH/SEMAS), informa que haverá a Reunião de
205 instalação, que é a 1ª Reunião Ordinária, onde deve-se consultar os membros do Poder Público, e também, aqui,
206 solicitamos a manifestação de vocês enquanto membros da Sociedade Civil Institucionalizada, quanto a periodicidade
207 de sua realização. Considerar que efetivamente se instalará e se efetivará a 1ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor,
208 com apresentação. O Sr. Secretário Adjunto, propõe para o horizonte de 30 dias, considerando também a preparação
209 de apresentações de Relatórios de 2020 e 2021. A manifestação dos presentes, é de que se anteceda a trinta dias,
210 por proximidade ao período de Carnaval, resultando na extensão para o mês de março, então a proposta é de adiantar
211 a data, e realizar logo a Reunião de instalação, e estabelecer uma Agenda para as primeiras reuniões, dando
212 condições, com mais tempo para preparação de material. Sugere-se também a data no período de 14 a 18 de
213 fevereiro, que é a semana anterior à semana pré-Carnaval. Prosseguindo, o Sr. Secretário Adjunto, sugere a data de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
COMITÊ GESTOR DO SISTEMA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

214 17 e 18 de fevereiro, data que acontecerá o Seminário de Pagamentos Ambientais, e convida os membros, e após
215 discussões, ficou definida a data de 22 de fevereiro para a Reunião de instalação, com uma pauta mais extensa, e que
216 será encaminhada com antecedência de quinze dias para os membros do Poder Público e Sociedade Civil Institucional,
217 o convite extensivo a todos os Titulares e Suplentes do COGES. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada
218 às onze horas e trinta minutos.

A handwritten signature in blue ink, reading "José Mauro de Lima O' de Almeida".

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA

Presidente do Comitê Gestor do Sistema Estadual de Mudanças Climáticas
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

